



## Não perca nesta edição:

### Editorial - 1

#### Atualidades

- . A Economia Social na Agenda Internacional - 2
- . Consulta Pública do Programa Ação Climática e Sustentabilidade - 3

#### Barómetro

- . Impacto positivo da Liberdade Económica na sociedade - 4

#### Europa

- . Feedback da AIM à consulta da Comissão Europeia sobre a comunicação e regulamento do espaço europeu de dados de saúde - 5
- . Uma Estratégia Europeia de Cuidados para cuidadores e recetores de cuidados - 5

#### A saber

- . Seminários da Pós-graduação em Recuperação Preventiva e Sustentabilidade das Empresas - 6

#### Agenda

- . Conferência “Inovação social, para quê?” em Lisboa - 6
- . Coimbra recebe conferência sobre empreendedorismo social - 6

#### A nossa Rede

- . Montepio Rainha D. Leonor integra órgãos sociais da Ass. Nacional de Cuidados Continuados - 7
- . Descobrir a Madeira com a ASM “4 de setembro de 1862” - 7

## Editorial

O mês de agosto terminou e com ele as férias. Temos agora renovada energia para os próximos 4 meses, que serão muito desafiantes para as organizações da economia social.

São vários os projetos que esperamos concluir neste último quadrimestre de 2022, que, aliás, se cruzam com iniciativas que foram recentemente adotadas por diversas organizações internacionais e organismos europeus: Organização Internacional do Trabalho (OIT); Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE); Comissão Europeia e Parlamento Europeu.

Com efeito, no passado dia 10 de junho, a OIT adotou a Resolução sobre Trabalho Digno e Economia Social e Solidária, através da qual reconhece o potencial destas organizações para elevar as pessoas que enfrentam situações de vulnerabilidade. Na mesma data, a OCDE aprovou uma Recomendação sobre a Economia Social e Solidária e a Inovação Social, que visa ajudar os membros aderentes a conceber e implementar as políticas necessárias para desenvolver ecossistemas de economia social eficazes.

Também o Parlamento Europeu (PE) adotou, por larga maioria, no dia 6 de julho, a Resolução do PE sobre o Plano de Ação para a Economia Social que analisa, valoriza e propõe melhorias ao PAES adotado pela Comissão Europeia no final de 2021.

Porque a agenda do trabalho digno constitui uma das prioridades do plano de atividades da APM-RedeMut para 2022, contamos assinar brevemente a Convenção Coletiva de Trabalho que negociamos há 5 anos, e que dará às nossas associadas um quadro jurídico estável que valoriza as condições de trabalho e as relações laborais.

Com o objetivo de criar ecossistemas favoráveis à economia social, a nível nacional e local, que permitam construir novos modelos de negócio, fornecer serviços essenciais, contribuir para uma transição mais justa, verde e digital, envolver os jovens e construir comunidades fortes, a APM-RedeMut promoverá a definição de um Plano de Ação Específico para a Economia Social Portuguesa.

Este plano de ação nacional para a Economia Social deverá materializar algumas das medidas preconizadas pela Comissão Europeia no PAES, como a implementação dos interlocutores regionais e ministeriais para a Economia Social, mas também a alocação dos recursos necessários à economia social para que estas entidades desenvolvam os seus projetos de digitalização e sustentabilidade energética, corrigindo a ausência (quer no PRR, quer no Acordo de Parceria) de linhas de financiamento específicas para a Economia Social.

O Conselho de Administração da APM-RedeMut

## MARQUE NA AGENDA

150 ANOS  
UNIÃO MUTUALISTA NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO  
MONTIJO



# 25.10.22

## A Economia Social na Agenda Internacional

O ano de 2022 está a ser extraordinário para a Economia Social. No final de 2021 foi lançado pela Comissão Europeia o Plano de Ação para a Economia Social (PAES), cujas diversas ações começam a concretizar-se este ano e prolongam-se até 2030. Foi um grande passo no reconhecimento deste setor e da sua relevância e potencial.

### Relembramos três momentos dignos de nota:

1. A adoção, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), de uma Resolução sobre Trabalho Digno e Economia Social e Solidária, apresentando as Conclusões e Recomendações da discussão geral da 110.<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho (10 junho 2022).
2. A adoção, pelos 38 Estados Membros da OCDE, incluindo Portugal, e por quatro não membros, de uma Recomendação sobre a Economia Social e Solidária e a Inovação Social, que visa ajudar os membros aderentes a conceber e implementar as políticas necessárias para nutrir e desenvolver ecossistemas de economia social eficazes (10 junho 2022).
3. A adoção, por larga maioria do Parlamento Europeu, da Resolução do Parlamento Europeu sobre o Plano de Ação para a Economia Social que analisa, valoriza e propõe melhorias ao PAES lançado pela Comissão Europeia em dezembro de 2021 (6 de julho 2022).

### Trabalho digno e Economia Social e Solidária

A 110.<sup>a</sup> Conferência Internacional do Trabalho promoveu uma discussão geral sobre “Trabalho digno e Economia Social e Solidária” (ESS). Tal representa uma decisão histórica, uma vez que foi a primeira vez que uma discussão geral sobre a ESS se realizou na Conferência Internacional do Trabalho, tendo sido também o primeiro debate de alto nível no sistema da ONU sobre o assunto. As conclusões da resolução refletem as funções que as entidades ESS podem desempenhar e sublinham o potencial da Economia Social e Solidária.

Resolução: [https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/110/reports/texts-adopted/WCMS\\_848633/lang--en/index.htm](https://www.ilo.org/ilc/ILCSessions/110/reports/texts-adopted/WCMS_848633/lang--en/index.htm)

### Recomendação da OCDE sobre Economia Social de Solidária e Inovação Social

A Recomendação promove o potencial da Economia Social em ser pioneira de novos modelos de negócio, fornecer serviços essenciais, contribuir para uma transição mais justa, verde e digital, envolver os jovens e construir comunidades. Reconhece a diversidade de práticas existentes e a necessidade de ferramentas políticas aplicáveis a contextos muito variáveis.

A Recomendação foi construída em torno de nove eixos que, segundo a OCDE “fornecem as condições para a economia social prosperar e ajudam a enfrentar os desafios que afetam, em maior ou menor grau, os ecossistemas da economia social a nível internacional, nacional e local em qualquer contexto.” São eles: promover uma cultura de economia social; criar quadros institucionais de apoio; projetar quadros jurídicos e regulamentares favoráveis; apoiar o acesso ao financiamento; permitir o acesso aos mercados público e privado; fortalecer competências e apoiar o desenvolvimento de negócios; encorajar a medição e monitorização do impacto; apoiar a produção de dados; e incentivar a inovação social.

Recomendação: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0472%20#backgroundInformation>

### Resolução do Parlamento Europeu

A Resolução do Parlamento Europeu congratula-se com o Plano de Ação da Comissão para a Economia Social (PAES), pelos princípios orientadores, pelo impulso político que dá ao desenvolvimento da economia social e pela riqueza das medidas. Contudo, certos aspetos relacionados com o emprego e com os assuntos sociais podem ser melhorados, dos quais se destacam:

#### *Criar um ambiente propício à economia social*

Realça o papel fundamental desempenhado pelas entidades da economia social, incluindo as sociedades mútuas, no setor dos cuidados e sublinha o importante potencial de crescimento da economia social neste domínio, que poderá dar resposta ao aumento da procura de serviços de prestação de cuidados e aos desafios atuais, como o envelhecimento demográfico; insta a Comissão e os Estados Membros a apoiarem um setor de prestação de cuidados de qualidade com políticas adequadas e a assegurarem que a próxima revisão dos auxílios estatais garanta uma maior flexibilidade às entidades da economia social que prestam serviços sociais e de saúde

#### *Explorar todo o potencial dos instrumentos da UE para que a economia social prospere*

Insta os Estados Membros a concederem financiamento específico às entidades da economia social e a utilizarem plenamente os atuais fundos da União para promover o setor da economia social e intensificar os seus esforços para absorver os fundos que lhes são disponibilizados para a economia social.



## Consulta Pública do Programa Ação Climática e Sustentabilidade

Decorre até 29 de setembro a Consulta Pública do Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS), bem como da respetiva Avaliação Ambiental Estratégica.

De âmbito nacional, o Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade é financiado pelo Fundo de Coesão, que integra o conjunto de Programas Temáticos do PORTUGAL 2030.

O Portugal 2030 materializa o Acordo de Parceria a estabelecer entre Portugal e a Comissão Europeia, fixando os grandes objetivos estratégicos para aplicação, entre 2021 e 2027, do montante global de 23 mil M€.

O PACS é um instrumento financeiro fundamental para Portugal enfrentar os desafios da transição energética e climática, e atingir a neutralidade carbónica em 2050.



Está enquadrado nos objetivos estratégicos e de política da União Europeia:

Uma Europa mais «verde», que aplica o Acordo de Paris e investe na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas e “Uma Europa mais conectada”, integrando os principais investimentos destinados ao desenvolvimento de uma Rede Transeuropeia de Transportes sustentável.

Para estar mais informado pode consultar os documentos de suporte à participação pública:

- Relatório Ambiental Preliminar – Avaliação Ambiental Estratégica do Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS)

Link: [https://poseur.portugal2020.pt/media/43973/p144\\_aae\\_pacs\\_rap.pdf](https://poseur.portugal2020.pt/media/43973/p144_aae_pacs_rap.pdf)

- Resumo Não-Técnico - Avaliação Ambiental Estratégica do Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (PACS)

Link: [https://poseur.portugal2020.pt/media/43971/p144\\_aae\\_pacs\\_rnt.pdf](https://poseur.portugal2020.pt/media/43971/p144_aae_pacs_rnt.pdf)

- Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade (apoiado pelo FEDER - objetivo de Investimento no Emprego e no Crescimento-, pelo FSE+, pelo Fundo de Coesão, pelo FTJ e pelo FEAMP)

Link: <https://poseur.portugal2020.pt/media/43972/sfc2021-prg-2021pt16cfpr001-10.pdf>

Todos, particulares e as entidades, poderão constituir-se como interessados e apresentar contributos e/ou sugestões os através do Portal [ConsultaLEX](#) e do [Portal Participa](#).

Participe e dê a sua opinião!

## Impacto positivo da Liberdade Económica na sociedade

“No mundo académico, há um consenso crescente de que o aumento da liberdade económica está correlacionado com resultados positivos para as pessoas em países de todo o mundo”, disse Robert A. Lawson, Professor de Economia na Southern Methodist University e autor do estudo *Economic Freedom in the Literature - What Is It Good (Bad) For?*.

A liberdade económica - a capacidade de os indivíduos tomarem as suas próprias decisões económicas livremente com reduzida intervenção do Estado e de terceiros - é por vezes apresentada, especialmente em Portugal, como algo negativo, que funciona somente em benefício da população com maiores rendimentos ou empresas e que, por esse motivo, teria um impacto negativo na sociedade. No entanto, os estudos académicos desmentem este preconceito.

A liberdade económica produz um crescimento económico mais rápido, padrões de vida mais elevados e até uma maior felicidade, à medida que as pessoas ganham controlo sobre as suas vidas, de acordo com a ampla análise de investigação que serviu de fonte a esta infografia. “A investigação não só revela que a liberdade económica aumenta a prosperidade e crescimento económico, mas também conduz a impactos positivos em várias outras áreas da sociedade”, refere Lawson.

O estudo analisou e consolidou 721 estudos académicos que investigam o impacto da liberdade económica em diversas áreas da sociedade, publicados entre 1996 e 2022 e listados pelo Social Science Citations Index (SSCI), tendo chegado à conclusão de que a liberdade económica tem um impacto positivo na maioria das áreas fundamentais de uma sociedade.

A avaliação da liberdade económica de um país tem em conta a análise das suas políticas e instituições, avaliando indicadores tais como a regulamentação, a dimensão do governo, os direitos de propriedade, a abertura comercial, as despesas governamentais, os impostos, entre outros parâmetros.

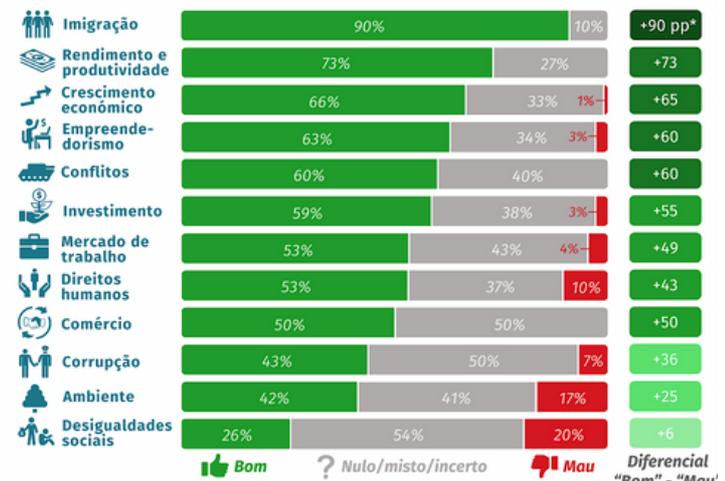
Mais de 50% dos artigos evidenciaram boas correlações entre liberdade económica e bons resultados nas principais áreas da sociedade (crescimento económico mais rápido, padrões de vida mais elevados, conflitos reduzidos, etc.) enquanto cerca de 45% relataram resultados nulos/mistos/incertos.

Apenas um em cada 20 artigos demonstrou piores resultados.



### Estudos académicos (721 publicados entre 1996 e 2022) demonstraram que a liberdade económica tem um impacto positivo na maioria das áreas da sociedade

#### Impacto da liberdade económica em algumas áreas fundamentais (% de estudos que demonstram impactos positivos, negativos ou neutros)



\* Pontos percentuais. Fonte: 721 estudos académicos publicados entre 1996 e 2022, listados pelo Social Science Citations Index (SSCI), que analisaram o impacto da liberdade económica em diversas áreas da sociedade, e que foram analisados e consolidados pelo estudo de R. A. Lawson *Economic Freedom in the Literature - What Is It Good (Bad) For?* | Produzido a 30/08/2022

+ facts

Das 12 áreas fundamentais analisadas, em 8 delas a maioria dos estudos académicos (pelo menos 50% dos estudos analisados) apontam para um impacto positivo da liberdade económica. Nas restantes 4 áreas fundamentais, continuam a ser mais os estudos a apontar a um impacto positivo do que os estudos a apontar a um impacto negativo.

O impacto positivo da liberdade económica é especialmente positivo em áreas fundamentais como a imigração, o rendimento e a produtividade, o crescimento económico ou o empreendedorismo, mas tem também impacto positivo na redução das desigualdades sociais, na diminuição da corrupção, na promoção dos direitos humanos ou em termos ambientais (áreas onde normalmente surge mais oposição à implementação de medidas que promovam a liberdade económica). "Indivíduos e famílias, quando livres para o fazer, tomam as melhores decisões por si próprios, ao invés das elites ou governos demasiado poderosos", refere Lawson.

Consulta o estudo em: <https://loom.ly/8EOvJt0>

## Feedback da AIM à consulta da Comissão Europeia sobre a comunicação e regulamento do espaço europeu de dados de saúde

A Associação Internacional de Mutualidades (AIM) é uma organização internacional que reúne associações e federações de mutualidades, que fornecem proteção de saúde obrigatória/ou suplementar e outras formas de proteção social sem fins lucrativos a cerca de 230 milhões de pessoas em todo o mundo, dos quais 200 milhões são europeias.

A AIM estudou a Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho sobre um Espaço Europeu de Dados de Saúde (doravante "Espaço Europeu de Dados de Saúde") e agradece à Comissão Europeia a oportunidade de fornecer informações do ponto de vista dos pagadores sobre a proposta da Comissão.

As suas conclusões e recomendações sobre o Espaço Europeu de Dados de Saúde debruçam-se sobre o uso primário de dados de saúde e o uso secundário de dados eletrónicos de saúde.

No que toca ao **uso primário de dados de saúde** é importante olhar para a telemedicina como um passo importante para os cuidados de saúde transfronteiriços. A AIM congratula-se com estas disposições cujo objetivo é transformar a telemedicina num serviço médico padrão, acessível a todos os doentes europeus e totalmente coberto pelo respetivo sistema de segurança social.

Por outro lado, os cidadãos precisam de compreender o seu direito de conceder e revogar uma aprovação para que os seus dados pessoais sejam usados. Nesse sentido, a AIM concorda em conferir aos cidadãos o direito de ter mais controlo sobre os seus dados de saúde.

É importante perceber que as autoridades de saúde digital precisam de tempo para serem implementadas nos sistemas e legislações nacionais. As seguradoras de saúde da AIM são, em geral, positivas quanto a esta provisão.

Por fim, fica a nota de que a infraestrutura transfronteiriça para uso primário de dados eletrónicos de saúde é importante. Os membros da AIM saúdam que a proposta regule a interoperabilidade transfronteiriça de dados primários de saúde por meio de uma infraestrutura federada.

Em relação ao **uso secundário de dados eletrónicos de saúde**, ressalva-se que os dados genéticos e de saúde relacionados nunca devem ser usados, sem o consentimento informado do cidadão.

A AIM congratula-se com o facto de existir uma base jurídica clara para a utilização secundária de dados de saúde.

O regulamento prevê um sistema de licenças emitidas por um organismo governamental designado em cada um dos Estados-Membros, os chamados "organismos de acesso aos dados de saúde".

A AIM é a favor da designação de um ou mais órgãos públicos responsáveis por fornecer acesso a dados de saúde para uso secundário.

Por fim, o regulamento prevê o Conselho Europeu do Espaço de Dados de Saúde, que deverá promover a aplicação coerente do próprio regulamento e a garantia de participação dos estados-membros.

A AIM propõe uma participação ainda mais forte dos estados-membros no Conselho do EHDS.



## Uma Estratégia Europeia de Cuidados para cuidadores e recetores de cuidados

A Comissão Europeia acaba de adotar hoje a Estratégia Europeia de Cuidados. O seu objetivo é garantir serviços de cuidados de qualidade, a preços acessíveis e disponíveis em toda a União Europeia e melhorar a situação tanto dos recetores de cuidados como das pessoas que os cuidam, profissional ou informalmente. A Estratégia reconhece o papel dos intervenientes da Economia Social na prestação de serviços de cuidados de alta qualidade promotores do envelhecimento ativo e com dignidade, e refere a necessidade de identificar o contributo da Economia Social para a melhoria das condições de trabalho no setor dos cuidados.

A Estratégia é acompanhada por duas recomendações para os Estados-Membros sobre a revisão das metas de Barcelona sobre educação e cuidados na primeira infância e sobre o acesso a cuidados de longa duração de alta qualidade a preços acessíveis.

Pode consultar o comunicado de imprensa neste [link](#). A página (consulte a seção "Para mais informações" na parte inferior) inclui links para:

- um documento de perguntas e respostas sobre a estratégia,
- uma ficha informativa relacionada,
- a Comunicação da Comissão sobre uma Estratégia Europeia de Cuidados,
- a proposta de recomendação do Conselho sobre a revisão dos objetivos de Barcelona em matéria de educação e cuidados na primeira infância,
- a proposta de recomendação do Conselho sobre o acesso a cuidados de longa duração de alta qualidade a preços acessíveis, e
- o relatório de cuidados de longa duração de 2021.



## Seminários da Pós-graduação em Recuperação Preventiva e Sustentabilidade das Empresas

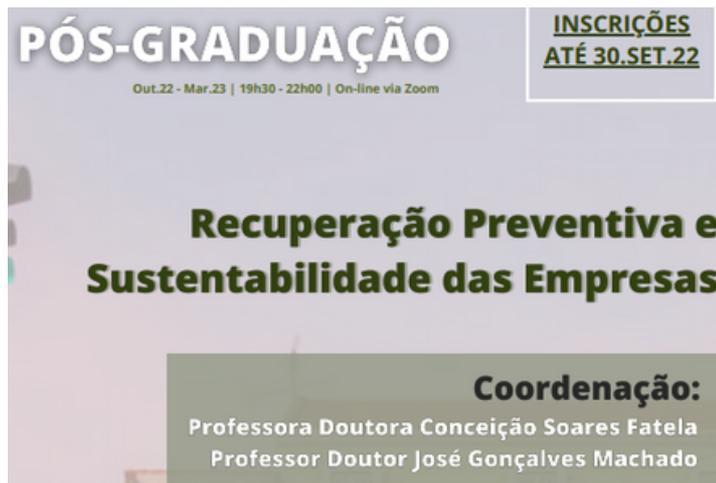
No próximo ano letivo terá início a primeira edição do curso multidisciplinar de Pós-Graduação em Recuperação Preventiva e Sustentabilidade das Empresas, na Faculdade de Direito da Universidade Lusófona.

Trata-se de um curso inovador que tem a missão de promover a *rescue culture* como resposta adequada a situações de crise. O plano de estudos foi desenhado de modo a proporcionar uma abordagem teórico-prática aprofundada e multidisciplinar.

Sendo ministrado por um corpo docente de excelência, e contando com o apoio institucional da AMRE, da APDIR e do IAPMEI, o curso proporcionará uma formação sólida e especializada.

O curso inclui 3 seminários (4 de janeiro, 6 e 29 de março 2023) e cada um deles terá um painel com oradores convidados e um painel com oradores selecionados a partir das propostas de comunicação recebidas. Os temas são “Apoio às empresas em situação de Crise”, “Instrumentos de recuperação de empresas” e “A atividade empresarial e a justiça cível e penal”. Os interessados devem enviar um resumo de uma página e uma breve nota biográfica, até 28 de outubro. Os selecionados serão contactados durante o mês de novembro de 2022.

Mais informação e inscrição: <https://www.ulusofona.pt/pos-graduacoes/recuperacao-preventiva-e-sustentabilidade-das-empresas>



### Agenda

#### Conferência “Inovação social, para quê?” em Lisboa

Decorre no próximo dia 16 de setembro, no Auditório da Fundação EDP, em Lisboa a Conferência “Inovação social, para quê?”.

A palestra, que vai refletir sobre o desenvolvimento local enquanto setor de inovação na Economia Social, está associada à celebração do 29º aniversário da Animar - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Local.



Coimbra recebe conferência sobre empreendedorismo social

Realiza-se no próximo dia 26 de setembro, entre as 10h e as 17h30, no Convento de São Francisco, em Coimbra, a conferência internacional “O Futuro do Empreendedorismo Social”.

O evento terá tradução simultânea e também será transmitido em streaming.

## Montepio Rainha D. Leonor integra órgãos sociais da Associação Nacional de Cuidados Continuados

A nossa Associada O Montepio Rainha D. Leonor passou recentemente a integrar os Órgãos Sociais da Associação Nacional dos Cuidados Continuados (ANCC), com o cargo de Vogal da Mesa da Assembleia Geral a ser assumido, em representação, por Paulo Ribeiro, membro do Conselho de Administração do Montepio.

Da ANCC fazem parte diversas organizações, refletindo assim as diferentes formas jurídicas dos prestadores da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, entre elas Mutualidades, Instituições Particulares de Solidariedade Social, Cooperativas, Associações, Fundações e Entidades Privadas com fins lucrativos.

A rede, criada em 2006, tem como objetivo a prestação de cuidados de saúde e de apoio social de forma continuada e integrada a pessoas que, independentemente da idade, se encontrem em situação de dependência. A Unidade de Convalescença do Montepio Rainha D. Leonor funciona desde 2008 e dispõe de 12 camas protocoladas com a Autoridade de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo.

<https://www.montepio-rdl.pt>

<http://www.an-cc.org>



## Descobrir a Madeira com a ASM “4 de setembro de 1862”

À semelhança de anos anteriores, a A.S.M "4 de setembro de 1862" realizou, no âmbito do projeto "Descobrir a Madeira", um passeio pela ilha e um lanche convívio. Este evento serviu para encerrar as atividades letivas 2021/2022 e contou com a presença de um total de 30 utentes.

O próximo ano letivo está já a ser planificado, de forma a proporcionar aos utentes um maior e mais diversificado número de atividades. A novidade é a iniciação de aulas de Pilates Clínico e a implementação da Disciplina da Mente, vocacionada para a aprendizagem de técnicas de respiração, meditação e relaxamento, cada vez mais importantes no nosso dia-a-dia.



As aulas de ginástica, yoga, danças latinas, informática, pintura e inglês farão parte do plano curricular deste ano letivo, sendo que para ter seguimento deverá ter um mínimo de cinco alunos inscritos em cada. A introdução de novas atividades e conteúdos pedagógicos é fundamental de forma a corresponder às necessidades e interesses que os utentes manifestam.

O início deste projeto de desenvolvimento de atividades socio lúdico-recreativas remonta a junho de 2016, visando essencialmente o desenvolvimento de aulas específicas contínuas destinadas à população sénior, proporcionando momentos de lazer, bem-estar físico e emocional, promovendo uma melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

Encontram-se abertas, durante o mês de setembro, as inscrições para o próximo ano letivo.